

Polícia Federal diz que respeita prerrogativas

A Polícia Federal respondeu nesta segunda-feira (16/4) às críticas da OAB sobre as dificuldades enfrentadas pelos advogados dos presos pela Operação Hurricane. Os profissionais têm se queixado de falta de acesso aos clientes, aos processos e da divulgação de fotos dos presos.

Segundo a assessoria de imprensa da PF, a instituição está segura e tranquila de que cumpre todas as prerrogativas legais, sob vigilância da Procuradoria-Geral da República e do ministro-relator do caso no Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso.

Sobre os depoimentos que estão ocorrendo em Brasília, a assessoria informou que a primeira rodada termina nesta segunda e que novas arguições poderão ocorrer. Alguns depoentes manifestaram interesse em prestar novo depoimento depois que tiverem acesso ao inquérito, mas essa decisão depende do STF. A informação é da Agência Brasil.

A PF negou que todos os presos tenham ficado calados durante os depoimentos. Informou que alguns contribuíram fortemente com as investigações. A prisão preventiva deve ser prorrogada. Os carros apreendidos (51 mais uma moto) devem chegar ainda hoje a Brasília.

Efeitos do furacão

A Operação Hurricane foi deflagrada na sexta-feira (13/4) nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e no Distrito Federal para deter supostos envolvidos em esquemas de exploração de jogo ilegal (caça-niqueis) após um ano de investigações, ordenadas em uma operação sigilosa pelo ministro Cezar Peluso, do STF.

Foram presos os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Josué Eduardo Carreira Alvim e Josué Ricardo Regueira, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Ernesto da Luz Pinto Dória e o procurador-regional da República João Sérgio Leal Pereira. Também foram detidos Anísio Abraão David, ex-presidente da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis; Capitão Guimarães, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro; Antônio Petrus Kalil, conhecido como Turcão, apontado pela Polícia como um dos mais influentes bicheiros do Rio; a corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Suzi Pinheiro Dias de Matos e o irmão do ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Medina; o advogado Virgílio Medina.

No total, foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão e 25 mandados de prisão. Os presos foram transferidos para Brasília, onde são interrogados e permanecem à disposição da Justiça. O material apreendido será analisado na Diretoria de Inteligência Policial com o objetivo de complementar os trabalhos de investigação.



Desde sexta-feira, os advogados dos presos reclamam que Polícia Federal não tem observado as mais básicas prerrogativas da profissão e tem ferido diversos princípios constitucionais na condução das investigações.

A reclamação é generalizada. Segundo relatos, os principais problemas estão na proibição de acesso aos autos do inquérito, ao conteúdo dos depoimentos já tomados pela PF e a falta de diálogo com seus clientes.

Autores: Redação Conjur